

O PETRÓLEO E O MATERIAL BÉLICO NAS RELAÇÕES BRASIL-IRAQUE (1970-1989)

Issam Rabih Menem¹

Resumo

Este artigo analisa a cooperação entre o Brasil e o Iraque nas áreas de recursos estratégicos e material bélico no período conhecido como o ápice da indústria bélica brasileira, de 1970 a 1989. Concluiu-se que as medidas políticas e econômicas adotadas pelo governo brasileiro voltadas para a resolução do déficit energético influenciaram diretamente no desenvolvimento da indústria bélica brasileira.

Palavras-chave: Brasil, Iraque, Indústria Bélica.

El petróleo y el material bélico en las relaciones Brasil-Irak (1970-1989)

Resumen

Este artículo analizaba la cooperación entre Brasil e Irak en las áreas de recursos estratégicos y material bélico en el período conocido como el ápice de la industria bélica brasileña de 1970 a 1989. Se concluyó que las medidas políticas y económicas adoptadas por el gobierno brasileño orientadas a la resolución del déficit energético influenciaron directamente en el desarrollo de la industria bélica brasileña.

Palabras clave: Brasil, Irak, Industria Bélica.

Introdução

Pode-se considerar que o petróleo continua sendo uma das principais fontes geradora de energia da economia global:

O petróleo tem sua principal utilidade como gerador de energia, especialmente quando é transformado em gasolina, óleo diesel, benzina, querosene e outros derivados, além de servir como matéria prima para produtos asfálticos, polímeros plásticos e até mesmo alguns medicamentos (PEREIRA, 2008, p. 55-56).

¹ Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestrando pelo programa de Integração Contemporânea da América Latina - UNILA. Contato: issam_menem@hotmail.com

Tamanha importância estratégica como fonte de energia e riqueza, gera graves problemas políticos, por ser um recurso restrito a alguns Estados. Os países que detêm o ouro negro aprenderam a usar esta fonte como uma arma política e econômica para barganhar espaço no cenário internacional. Crises e guerras fazem parte da história do petróleo, pois quem detém seu controle pode dar “as cartas do jogo” e controlar os preços, a produção e as áreas de influência política (PEREIRA, 2008, p. 56).

A geopolítica é o fator sistêmico de maior influência na indústria do Petróleo. O petróleo é uma commodity transnacional, característica de sua distribuição geográfica desigual. Os desdobramentos geopolíticos desse desequilíbrio natural têm sido uma constante fonte de incertezas e riscos para a atividade e têm marcado profundamente a história do desenvolvimento mundial. Ainda, caracteriza-se por uma grande heterogeneidade tecnológica e uma vasta gama de processos produtivos (FURTADO e MULLER, 1993).

Os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estão bem posicionados quanto ao porte das reservas (FURTADO e MULLER, 1993), como por exemplo, o Iraque, dono de uma das maiores reservas de petróleo do mundo.

Tendo em vista a importância de deter poder de barganha em torno desse recurso natural estratégico, analisaremos o cenário internacional do comércio de produtos bélicos e os interesses petrolíferos por detrás desta indústria, com ênfase nas relações Brasil-Iraque entre 1970 e 1989.

O cenário mundial de comércio de artefatos militares constitui uma dimensão específica das relações internacionais, especialmente quando se trata de transferências de armas convencionais para regiões em conflito, especialmente a partir da década de 1970. Naquela ocasião, as transferências de armamentos justificaram-se por razões políticas e econômicas, tendo por pano de fundo a disputa geopolítica entre Estados Unidos e União Soviética, onde os incentivos políticos eram mais importantes que os econômicos. A exportação de armamento estava vinculada à política externa como forma de intensificar a influência dos respectivos aliados, amigos e clientes. Neste mesmo período, surgem novos fornecedores no cenário internacional justificando suas vendas tanto por razões políticas, mas principalmente econômicas (AVILA, 2009).

Para Moraes (2012, p.9): “O mercado de armamentos possui características peculiares, o caráter estratégico destes produtos implica que suas transferências externas podem ter diversos objetivos e implicações”. Do ponto de vista político, os governos podem utilizar o fornecimento de armas como instrumento de política externa. Assim, podem fortalecer aliados, influenciar balanças de poder regionais, aumentar a influência sobre políticas internas ou externa do receptor, solidificar alianças entre Estados, etc. Do ponto de vista econômico, as exportações contribuem para a elevação da arrecadação de tributos e do ingresso de divisas e, de forma geral, ajudam na expansão da economia nacional (MORAES, 2012).

No caso de nossa pesquisa, as exportações podem reduzir os custos de suas próprias aquisições de armas, sobretudo quando é necessário que se alcance escala de produção capaz de manter a viabilidade econômica da indústria. Por essa razão,

direcionamos nossos esforços na caracterização das relações entre Brasil e Iraque para o fortalecimento das respectivas indústrias bélicas, envolvendo a troca de armamentos e insumos como petróleo, gás natural e urânio.

Entende-se por indústria bélica brasileira um conjunto de indústrias e empresas nacionais, instaladas no país, organizadas em conformidade com a legislação brasileira e que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos de defesa (MELO, 2015).

A produção de armamentos caracteriza-se por efetuar-se sob os auspícios do Estado. As principais peculiaridades dessa produção são seus longos ciclos de desenvolvimento, as séries limitadas e os consideráveis custos de desenvolvimento, decorrentes da pesquisa permanente de tecnologias de ponta. O mercado de artefatos de defesa apresenta uma estrutura particular. A demanda se compõe de um monopsonio (único comprador), frente a um monopólio ou oligopólio produtor por tipo de armamentos. Quase sempre, o Estado é o único cliente, de modo que as compras governamentais definem a própria subsistência das empresas (MELO, 2015).

A demanda por equipamentos militares é determinada por fatores estratégicos domésticos e externos, que muitas vezes, não obedece puramente aos condicionantes do mercado. Questões relacionadas a custos, condições de financiamento e prazos de entrega são relegadas a um segundo plano (MELO, 2015).

A questão do petróleo para o Brasil

Desde a década de 1960, a política externa brasileira vinha dando ênfase ao comércio exterior e a busca de novos mercados para os produtos de sua indústria nacional, destacando a corrida pela necessidade da garantia do abastecimento de petróleo, atitude que levou o país a uma série de políticas voltadas ao Oriente Médio nos anos de 1970 (SANTANA, 2006). No contexto da diversificação de mercados e de aliados estratégicos, a relação com o Iraque entre 1973 e 1985 consistiu em uma via utilizada por três governos, Médici, Geisel e Figueiredo, norteados pelo projeto de elevar o status do Brasil como potência no sistema internacional. Esta relação impulsionou a cooperação em diferentes campos, como no militar, na tecnologia nuclear, nos produtos manufatureiros e na construção civil (SALEH, SPOHR, MATTOS e ANDRIOTTI, 2010).

Passado a guerra de *Yom Kippur*, se viu um aumento expressivo no preço do barril de petróleo, alavancado pelos países árabes participantes da OPEP em forma de protesto. O Iraque passou então a dispor de recursos financeiros para investir na modernização do país e em projetos de cunho militar (FARES, 2007). O superávit dos países exportadores de petróleo aumentou de forma notável, saltando de 6,6 bilhões de dólares para 67,6 bilhões de dólares (TRAUMANN, 2011).

As autoridades brasileiras tinham consciência de que a autossuficiência na produção de petróleo seria dificilmente alcançada no curto prazo. Com o grande desenvolvimento econômico brasileiro registrado nos anos 70, o consumo interno aumentava, e conseqüentemente, o Brasil se via cada vez mais dependente da importação do petróleo. Em 1974 o Brasil já figurava como maior importador de petróleo entre os países em

desenvolvimento.² Nesse momento, o petróleo iraquiano figurava como crucial para o programa de desenvolvimento econômico do país (FARES, 2007).

Em 1977, o Iraque já figurava como terceiro maior parceiro econômico do Brasil, atrás dos EUA e da Arábia Saudita. A Venezuela, apesar de grande produtora de petróleo e proximidade do Brasil, não aceitava um programa de trocas mais amplas como a parceria com o governo iraquiano. Em 1979, o país árabe representava 40% do suprimento de petróleo ao Brasil, assim foi um parceiro crucial para o Brasil superar sem grandes problemas de abastecimento o segundo grande choque do petróleo (FARES, 2007). Em decorrência desta aproximação, o Oriente Médio que em 1970 representava apenas 4,2% das exportações brasileiras, em 1980 chega a 34% (TRAUMANN, 2011).

A indústria bélica brasileira

Entre os países periféricos, o Brasil foi um dos poucos que atuou na corrida armamentista de meados de 1970 até final dos anos 1980. Este fato fez com que a relação Brasil-Iraque deixasse de ser apenas no campo petrolífero, envolvendo cada vez mais o campo de materiais bélicos:

O Iraque representaria um nicho adequado para o desenvolvimento da indústria bélica nacional brasileira. Do outro lado, no governo de Saddam Hussein, o Iraque procurava diversificar seus fornecedores de equipamentos bélicos por questões estratégicas e segurança. Fato que acabou beneficiando diretamente a indústria bélica brasileira. O Brasil passaria da condição de importador de artefatos bélicos para fornecedor da maior parte de suas necessidades domésticas e exportador de volumes substanciais para inúmeros países (FARES, 2007, p. 138).

O *boom* armamentista dos anos de 1970 é acompanhado pelo Brasil com um crescente número de fornecedores nacionais de material bélico. Em um período de dez anos (1975-1985), o Brasil se tornou num dos mais importantes fornecedores de armamentos convencionais avançados do mundo. O Brasil teve sucesso em consolidar-se nesse competitivo mercado internacional devido a suas políticas industriais voltadas ao complexo militar-industrial e a uma eficiente parceria do governo com empresas públicas, privadas e mistas (AVILA, 2009).

No início da década de 1980, a indústria de defesa brasileira era constituída por mais de trezentas empresas vinculadas direta ou indiretamente a produção de material militar, empregando por volta de 100 mil pessoas e aglutinando uma economia de quatro bilhões de dólares. Vale acrescentar que o valor das exportações de material bélico brasileiro durante os anos 80, oscilou anualmente entre 200 milhões e 1 bilhão de dólares (AVILA, 2009).

² Embora o Brasil tenha conduzido esforços na construção de novas hidrelétricas e do programa do Proálcool, que tinha como objetivo substituir parte da gasolina utilizada na frota nacional de veículos.

O Brasil foi um dos poucos países capazes de produzir simultaneamente as cinco categorias de armamento convencional avançado utilizados pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) nos seus estudos: a) aeronaves; b) veículos blindados e artilharia; c) sistemas de navegação e radar; d) mísseis e e) navios de guerra. Mais de 70% dos produtos brasileiros tinham como destino a exportação. Estes produtos brasileiros eram desenhados com base em tecnologia de mediana sofisticação e foram muito bem recebidos no mercado internacional devido ao seu alto desempenho em operações reais, a facilidade financeira para as aquisições, ao baixo custo de manutenção, a preços competitivos, entre outras ponderações (AVILA, 2009, p. 224).

Durante a década de 1980, mais da metade das exportações brasileiras de armamento convencional foi de aeronaves produzidas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER); entre seus produtos de maior destaque, o BEM-312 Tucano, avião de treinamento de alto rendimento e de combate. Outro produto que teve grande destaque no cenário internacional foi o Sistema de Foguetes de Artilharia para Saturação de Área (ASTROS)³, desenvolvido pela empresa Avibras Indústria Aeroespacial (AVILA, 2009).

No período de 1975-1992 ocorre o auge das exportações bélicas brasileiras, quando o país respondeu por cerca de 0,35% das exportações mundiais, percentual mesmo que baixo, nada desprezível em um mercado dominado por seis potências militares: Estados Unidos, União Soviética, França, Reino Unido, China e Alemanha. Por outro lado, o percentual brasileiro não ficou muito atrás de importantes indústrias bélicas como Israel e Suécia, e superando países emergentes como Egito (participação de 0,09%), Índia (0,02%), Argentina (0,01%), Indonésia (0,005%) e Turquia (0,002%) (MORAES, 2012).

As vendas externas no período 1966-1974 foram de US\$ 58 milhões, saltando para US\$ 1,8 bilhão no período 1975-1983, e US\$ 2,3 bilhões no período 1984-1992 (MORAES, 2012). Na tabela 1, podemos perceber o crescimento e o declínio das exportações brasileiras de armas.

³ É um sistema de lançadores múltiplos de foguetes que opera com munições de diferentes calibres a distâncias entre 9 e 300 km (ARMY-TECHNOLOGY, 2017).

Tabela 1

Exportações brasileiras de equipamentos militares, a preços de 2010 e percentual sobre o total mundial (1966-2010)

Período	Valor (US\$ milhões)	Percentual sobre o total mundial (%)
1966-1968	0	-
1969-1971	5	<0,01
1972-1974	53	0,03
1975-1977	506	0,26
1978-1980	652	0,31
1981-1983	599	0,27
1984-1986	1.034	0,53
1987-1989	731	0,39
1990-1992	502	0,37
1993-1995	205	0,17
1996-1998	103	0,08
1999-2001	0	-

Fonte: MORAES, 2012.

Durante o período dourado, as exportações da indústria brasileira foram puxadas por demanda de origem concentrada em alguns países, especialmente Iraque e Líbia.

Tabela 2

Exportações de equipamentos militares brasileiros, por país de destino, a preços de 2010 (1975-1992)

	País	Valor (US\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)
1	Iraque	996	24,0
2	Líbia	649	15,6
3	Reino Unido ²	359	8,6
4	Colômbia ³	212	5,1
5	França	197	4,7

Fonte: MORAES, 2012.

Como se pode observar na tabela 2, o Iraque foi o maior cliente da indústria bélica brasileira no período. Com o início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o volume das importações militares do país cresceu aceleradamente. Se comparado o período 1971-1979 ao da guerra, o valor importado pelo Iraque passou de US\$ 17,8 bilhões para US\$ 48,3 bilhões, tornando o Iraque o maior importador de armas do mundo naquele período, respondendo por 7,8% do total mundial. Pode-se observar o crescimento das vendas externas a partir de 1975-1977, atingindo o valor historicamente mais alto das exportações no triênio 1984-1986. A partir de então, as vendas começaram a declinar, com queda acentuada na década de 1990 (MORAES, 2012).

O Brasil não estabelecerá com o Iraque uma simples troca de armas por petróleo, visando apenas vantagens financeiras. Um forte fator estratégico, com objetivos concretos e de longo prazo, também estava incluído. O governo brasileiro utilizou grandes trocas comerciais com o Iraque com o objetivo de gerar uma modalidade de comércio compensado. Uma certa quantidade de mercadorias e serviços brasileiros foram utilizados para a compra de petróleo árabe. Esta parceria fora considerada por setores expressivos da sociedade brasileira como uma das mais bem sucedidas operações diplomáticas e comerciais já realizadas pelo Brasil (FARES, 2007).

Petróleo e material bélico no Iraque

A procura por parceiros para o fornecimento de petróleo fora uma das grandes preocupações brasileiras até firmar-se a aproximação com os iraquianos. A vulnerabilidade brasileira era tão grande que apenas no ano de 1981, o Iraque já se era responsável de 50% de todo o óleo utilizado no Brasil, ultrapassando a Arábia Saudita como maior fornecedor de petróleo ao Brasil: “Para muitos, o Brasil estava literalmente nas mãos de Saddam Hussein e jamais, por incrível que pareça, esteve tão dependente dos EUA como diante do Iraque” (FARES, 2007, p. 136).

O Iraque contribuiu para que o Brasil não tivesse muitos problemas de abastecimento no segundo choque do petróleo. Apesar da situação caótica em 1979, mergulhado no conflito armado com o Irã, o país árabe se apresentou como peça primordial para garantir o fornecimento de petróleo a um preço mais acessível que os preços internacionais (FARES, 2007).

Com a diminuição de fornecimento de armamento por parte dos soviéticos, os iraquianos tinham a premência de diversificar o provimento de material bélico. O conflito entre Irã e Iraque acabou rompendo a manutenção da paz estabelecida em Argel em 1975. Com a paz rompida, a indústria brasileira se movimentou percebendo o potencial mercado na região. “A primeira compra concretizada pelo Iraque foi um pacote de 400 blindados brasileiros pelo valor de 200 milhões de dólares. Esta transição concretizada passou a influenciar e fomentar o setor de criação de novas empresas” (PREISS, 2015, p. 5).

A ascensão do novo regime iraniano alimentou constrangimentos entre *Sadam Hussein* (sunita) e as minorias xiitas iraquianas (pró-iranianas). A escalada de Khomeini ao poder era vista como ameaça ao posto de potência regional iraquiano (PREISS, 2015). Foi a oportunidade da indústria brasileira ampliar as vendas para a região:

A AVIBRAS vendeu para o Iraque 67 sistemas de foguetes Astros II, em 1981, sendo que estava prevista uma reposição de 260 lançadores deste modelo, no período de 1984-1986. A EMBRAER concretizou a venda de 80 aviões BEM-312. O Brasil também projetava seu míssil balístico, isto fez com que vários técnicos iraquianos viessem ao país para aprender a desenhar e projetar armas, assim, estes técnicos iraquianos produziram a partir desta experiência o míssil *Al-Hussein* (PREISS, 2015, p. 11-12).

Notaram-se avanços na fabricação de mísseis iraquianos com o auxílio do *know-how* brasileiro. Por outro lado, a AVIBRAS recebeu tecnologia soviética dos mísseis *Scud B*. Após o governo brasileiro ter assinado com a China um acordo militar abrangente em que ofereceu à indústria bélica brasileira melhorias consideráveis nos sistemas de navegação e combustível sólido para os mísseis, a tecnologia brasileira, levada a Bagdá foi ampliada. Cientistas alemães, brasileiros e iraquianos, com ajuda chinesa, conseguiram finalizar o projeto do míssil iraquiano *Al-Abbas* (PREISS, 2015).

Desde o embargo ao petróleo iraquiano, o Iraque dava sua resposta ao eixo Washington-Londres, aliados do Irã. A gratidão iraquiana com o Brasil seria retribuída pela oferta do petróleo, visto que o governo iraquiano precisava comercializar grandes quantidades estocadas de óleo. A exploração deste insumo era extremamente vantajosa e comprovadamente a reserva iraquiana duraria 130 anos. O Brasil por meio da BRASPETRO começou a auxiliar o Iraque nesta prospecção (PREISS, 2015, p. 6).

A Guerra Irã-Iraque gerou uma enorme demanda de armas de ambos os lados. Apenas no ano de 1984, o Iraque gastou 14 bilhões de dólares, metade de seu produto interno bruto, em armas e defesa. O Iraque importou 42,8 bilhões de dólares em armas entre 1982 e 1989. Nestes anos, o Iraque foi o maior importador mundial de armas, responsável por 9% do comércio internacional de material bélico. Cerca de 40% das importações militares iraquianas foram provenientes da União Soviética, 13% da China e 15% de países ocidentais. Ao contrário das outras nações que ambicionavam o desenvolvimento, Bagdá tinha petróleo a disposição para comprar o que quisesse (MILLER e MYLROIE, 1990).

A guerra entre Irã e Iraque parecia não ter fim, e mostrava sinais indeléveis nas economias de ambos. Este fato acabou prejudicando diretamente o Brasil quando o Iraque começou a atrasar o pagamento dos produtos da indústria bélica brasileira. Observando o decréscimo nas vendas de material bélico, o governo brasileiro investiu em novos produtos com peças, contratos de manutenção e treinamentos. Pilotos iraquianos (assim como iranianos) chegaram a treinar em território brasileiro (PREISS, 2015).

Não se pode negar que o alto nível que a indústria de defesa brasileira alcançou com os contratos estabelecidos com o Iraque deram às fábricas brasileiras a capacidade, por certo espaço de tempo, de conseguirem, dentro de suas capacidades, desenvolverem armamentos especificamente desenhados para a utilização em cenários de condições climáticas e de terreno diversas daquelas vistas em território brasileiro. Além das aeronaves que contaram com a aceitação e o respeito internacional, o sistema de mísseis da Avibrás chamou a atenção de compradores em zonas de guerra (PREISS, 2015).

A estratégia desenvolvimentista do Estado brasileiro

Num sistema internacional de “ambiente anárquico, as unidades semelhantes cooperam [e] são funcionalmente similares”, mas se o “meio [é] hierarquizado, as

unidades são diferenciadas, e tendem a aumentar a extensão da sua especialização" (WALTZ, 1979, p. 146).

No caso em tela, verificou-se que o Brasil especializou-se na indústria de artefatos bélicos como uma fonte de lucro aliada a segurança do Estado. Os bens de utilização militar passaram a ser considerados de "interesse nacional" e o monitoramento e interferência do governo brasileiro nas negociações eram sobremaneira maiores. Criou-se, para tanto, um sistema que estabelecia créditos e subsídios para a exportação de materiais bélicos, isentando de impostos a importação de insumos da maior parte dos setores de sua cadeia produtiva e envolvendo a ação coordenada de diversos órgãos do governo (FARES, 2007).

Já o Iraque, a despeito de sua fraqueza, procurou utilizar o "programa petróleo por comida" como uma arma política, com objetivo de aumentar seu pequeno poder de barganha, dando preferência a países e companhias que vinham cooperando, no sentido de solicitar o fim das sanções econômicas contra o Iraque (FARES, 2007, p. 238). O petróleo contribui para determinar a hierarquia no cenário internacional: "Para os países importadores de petróleo, a garantia das entregas de petróleo é a base da segurança econômica. Já entre os países exportadores, a posse das reservas petrolífera é o elemento dominante no pensamento econômico" (FUSER, 2005, p. 36).

Por conta da necessidade de sobrevivência no sistema, a tendência seria de que o Brasil e o Iraque buscassem suprir suas necessidades com as grandes potências, pois estas possuíam o que estes dois países necessitavam. Isto não ocorreu, pois o Iraque buscava romper os laços de dependência com as potências ocidentais, buscando alternativas para auxiliá-lo nesse projeto, e o Brasil cumpria esse pré-requisito. O Brasil seguia uma linha de atuação diplomática que dava prioridade a interesses nacionais definidos de forma autônoma pelo país (SALEH, SPOHR, MATTOS e ANDRIOTTI, 2010).

Em qualquer sistema de auto-ajuda as unidades preocupam-se com a sobrevivência, e essa preocupação condiciona o seu comportamento (WALTZ, 1979). No caso estudado, as vantagens da cooperação entre Brasil e Iraque eram grandes: 1) a própria qualidade do petróleo proveniente do Iraque; 2) os preços do petróleo praticados pelo Iraque com relação ao Brasil, menores do que a média internacional; 3) a manutenção de condições especiais de venda em momentos de crise dos preços; 4) a forma de pagamento do petróleo iraquiano, onde o Brasil pôde utilizar as receitas dos serviços e produtos comprados pelo Iraque para pagar o petróleo importado (SALEH, SPOHR, MATTOS e ANDRIOTTI, 2010, p. 14).

Em meio aos choques do petróleo, o governo brasileiro também procurou diminuir a dependência externa existente por meio das seguintes medidas: aumento da oferta de energia hidroelétrica (Itaipu e Tucuruí); construção de novas usinas

termonucleares (Angra II e III); intensificar as pesquisas petrolíferas na Plataforma Continental (Bacia de Campos); e incentivar o uso de álcool como combustível (Proálcool) (RIZZO e PIRES apud NETO, 2011, p. 23).

Os Estados que são muito dependentes preocupam-se em assegurar aquilo de que dependem. Uma maior interdependência dos Estados significa que os atores em questão estão sujeitos à vulnerabilidade esperada associada à maior interdependência (WALTZ, 1979). Contudo, o aumento da interdependência e da vulnerabilidade podem estar associados a questões como guerras ou necessidade de crescimento econômico, tal como visto no caso estudado, onde verificou-se que no contexto dos anos 70, mais do que nunca, o Itamaraty conferiu maior ênfase às cooperações no âmbito Sul-Sul e, particularmente, às relações que o Brasil teria condições de maximizar suas “vantagens comparativas”, como no caso do Iraque, com funções complementares às do Norte. A busca por uma diminuição da vulnerabilidade da economia brasileira frente a questão energética, aliada da necessidade de se aumentar as exportações brasileiras, permaneciam como objetivo prioritário da diplomacia brasileira (FARES, 2007).

Assim, embora houvesse vantagem momentânea para o Brasil pelo preço diferenciado do petróleo iraquiano, ao aprofundar a relação comercial com o Iraque o Brasil estava sujeito a diversos fatores sistêmicos. A relação Brasil-Iraque na área de cooperação militar provocou repercussão mundial, deixando uma imagem negativa do Brasil e gerando a desconfiança da comunidade internacional (SALEH, SPOHR, MATTOS e ANDRIOTTI, 2010): “Ele [petróleo] não é apenas uma *commodity* que pode ser comprada e vendida no contexto tradicional do equilíbrio entre oferta e demanda, mas um determinante do bem-estar, da segurança nacional e do poder internacional” (EBBEL, 2002 apud FUSER, 2005). E ainda além disto, a equação Brasil-Iraque envolvia a venda e transferência de tecnologias militares.

Apesar de o Brasil possuir os meios para a produção de material bélico, a demanda interna desses produtos não era suficiente para garantir um nível de produção vantajoso, e a aproximação com o Iraque prometia um parceiro adequado para o desenvolvimento da indústria bélica brasileira devido a sua complementariedade em relação ao mercado brasileiro. Em pleno processo de desenvolvimento, o Iraque tinha uma alta demanda por esses materiais com base no princípio de diversificação de seus fornecedores (SALEH, SPOHR, MATTOS e ANDRIOTTI, 2010).

Assim, o Iraque recebeu atenção privilegiada por parte da diplomacia brasileira. Antes do choque de 1973, o governo brasileiro viu-se diante de um desafio, formado pela: i) estagnação da produção interna de petróleo; ii) crescimento da demanda interna por petróleo; iii) aumento sistemático no preço do barril de petróleo. Este produto figurou como primordial nas relações internacionais do Brasil

e do programa de desenvolvimento do país de 1973 até meados de 1980 (FARES, 2007, p. 252).

A forte dependência mundial do petróleo se tornaria um fator limitante do crescimento econômico, principalmente nos países em desenvolvimento, e as reservas de petróleo continuaram tornando vulnerável a situação política no Oriente Médio (HINRICHS, KLEINBACH e REIS, 2010). Neste sentido, pode-se afirmar que o Iraque representou para o Brasil uma oportunidade em pelo menos dois aspectos, primeiro, no fornecimento de petróleo a preços satisfatórios mesmo em tempos de crise internacional, e segundo, por ter sido um mercado consumidor para a exportação de produtos e serviços brasileiros (FARES, 2007).

O déficit no comércio bilateral para o lado brasileiro era vultoso e persistente, as exportações de serviços e de bens com alto valor agregado representaram o ramo mais proeminente do relacionamento bilateral em termos de vendas brasileiras. Nesta relação, foi utilizada uma modalidade do comércio compensado, em combinação com a conta do petróleo da Petrobras como meio de financiamento das exportações brasileiras. Com isso, parte expressiva da compra do petróleo iraquiano foi paga com exportações de serviços e mercadorias brasileiras.

Neste contexto, foi na Guerra Irã-Iraque que o Brasil registrou o maior volume de exportações ao Iraque. No contexto das exportações brasileiras de bens e serviços, o governo brasileiro associou-se ao setor privado, chegando a fomentar as principais indústrias bélicas nacionais, como a ENGESA e a AVIBRAS (FARES, 2007).

Considerações finais

Por fim, no período de 1970 a 1989 a relação com os iraquianos figurou-se como memorável da história da indústria bélica e da política externa brasileira. Neste aspecto, o petróleo iraquiano foi fator determinante deste relacionamento, mas este não se limitou apenas as compras e vendas do produto, mas viabilizou o desenvolvimento da indústria bélica brasileira. (FARES, 2007).

O Brasil adotou medidas políticas e econômicas nos anos 70 e 80 voltadas a resolução do déficit energético nacional, e como consequência ocorreu uma aproximação estratégica com o Oriente Médio por sua riqueza natural em recursos estratégicos.

Constrangimentos na estrutura do sistema internacional mudaram o comportamento da política brasileira, que procurou uma aproximação com o Iraque, por conta de nossa vulnerabilidade (segurança energética), mas também em razão de nossas ambições desenvolvimentistas.

Referências

- ARMY TECHNOLOGY. ASTROS II ARTILLERY SATURATION ROCKET SYSTEM, BRAZIL. Disponível em: <<https://www.army-technology.com/projects/astros/>>. Acesso: 12/12/2017.
- AVILA, C. F. D. O Brasil, a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM – e o comércio internacional de armas: um estudo de caso. 2009.
- ECONOMIA & ENERGIA. Análise Energética Brasileira - período 1970 a 2002. v. 40, 2003.
- FARES, S. T. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. Revista Brasileira de Política Internacional, 2007. pp. 129-145.
- FURTADO, A.; MULLER, N. Competitividade da Indústria Brasileira de petróleo. Revista Brasileira de Energia, v. 4, 1993.
- FUSER, I. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003), São Paulo, 2005.
- HINRICHS, R. A.; KLEINBACH, M.; REIS, L. B. D. Energia e Meio Ambiente. 4. ed. São Paulo: [s.n.], 2010.
- MELO, R. D. Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico: Estudo comparado França-Brasil. Brasília: FUNAG, 2015.
- MILLER, J.; MYLROIE, L. Sadam Hussein e a Crise do Golfo. [S.I.]: Scritta Oficina Editorial LTDA, 1990.
- MORAES, R. F. D. Ascensão e queda das exportações brasileiras de equipamentos militares. 2010.
- _____. A Inserção Externa da Indústria Brasileira de defesa: 1975-210. Brasília: IPEA, 2012.
- NETO, L. T. D. A. A Ampliação da Matriz Energética Brasileira entre 1970 e 2009. Recife, Dezembro 2011.
- PEREIRA, E. M. O Ouro Negro: Petróleo e suas Crises Políticas, Econômicas, Sociais e Ambientais na 2ª Metade do Século XX. Outros Tempos, v. 5, Dezembro 2008.
- PREISS, J. L. S. A Presença de Produtos da Indústria Bélica do Brasil e da Argentina na Guerra Irã-Iraque (1980-1988). RICRI, v. 2, 2015, pp. 1-18.
- SALEH, A. A. et al. Relações Brasil/Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985). Belo Horizonte: Fronteira, v. 9, 2010, pp. 7-25.
- SANTANA, C. R. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. Revista Brasileira de Política Internacional, 2006, pp. 157-177.
- TRAUMANN, A. P. No Meio do Fogo Cruzado: a Participação do Brasil no Conflito Irã-Iraque. Revista Litteris, Curitiba, 2011.
- VIANNA, B. O Iraquiano que foi para o Frio. Folha de São Paulo, n. 63, Dezembro 2011.
- Revista de Geopolítica, v. 10, nº 2, p. 48-60, jul./dez. de 2019.

WALTZ, K. Theory of International Relations. New York: McGraw Hill, 1979.

Recebido em maio de 2019.

Publicado em julho de 2019.